

Conclusões do Encontro sobre Indicadores de Deficiência/Incapacidade

Instituto Nacional de Reabilitação

(Lisboa, 1 de Junho de 2009)

Maria do Rosário Oliveira Martins (ISEGI-UNL)

A percepção, por parte do INR e dos seus principais parceiros, da importância da implementação, no curto prazo, de um conjunto de indicadores de deficiência/incapacidade para Portugal, é a principal conclusão deste encontro.

Foram apresentados ao longo deste dia diversas questões ligadas à concepção e efectuação de tais indicadores.

A Dra. Isabel Felgueiras (INR) na sua apresentação intitulada “ A mudança de paradigma - A evolução dos conceitos na Deficiência e Incapacidade - O modelo Biopsicossocial da Funcionalidade e Incapacidade”, salientou a necessidade de se reconceptualizar a definição de deficiência /incapacidade. Apresentou o modelo biopsicossocial que surge como um substituto natural do modelo médico. Abordou igualmente a questão da uniformização da linguagem, nomeadamente através da adopção da classificação CIF, classificação desenvolvida pela OMS em 2001. Nesta nova abordagem a incapacidade surge como sendo o resultado da interacção pessoa-meio. Como tal, os Indicadores a recolher deverão captar os conceitos subjacentes a este novo modelo conceptual.

O Dr. José Miguel Nogueira (GEP), na exposição intitulada “A informação estatística sobre deficiência e incapacidade”, apresentou as diferentes fontes de informação estatística que recolhem dados sobre deficiência/incapacidade em Portugal, realçando até que ponto os conceitos subjacentes ao CIF já estão enquadrados nestes instrumentos de recolha; por exemplo, o INE recolhe este tipo de informação nos Censos e no Inquérito Nacional à Saúde (realizado em conjunto com o Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge) e o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, nos Quadros de Pessoal. O Dr. José Miguel Nogueira destacou igualmente que algumas das vertentes da nomenclatura associada ao CIF já estão contempladas no Censos 2011 e no Inquérito Nacional à Saúde, mas que existem outras fontes que ainda não consideram esta nova abordagem; descreveu alguns daqueles que considera serem os

factores críticos de sucesso na implementação de tais Indicadores, salientando a importância das sinergias e cooperação a desenvolver entre os diferentes intervenientes.

No painel intitulado, **Criação de um sistema integrado de recolha de informação e indicadores sobre a deficiência e incapacidade: desafios e oportunidades**, o Dr. Paulo Pedroso (ISCTE) começou a sua palestra sobre “Informação Estatística e Indicadores; sua Importância no Planeamento e na Avaliação das Políticas Sociais”, salientando que os indicadores são instrumentos de medida que devem ser enquadrados no âmbito de uma determinada teoria. De seguida, levantou a questão, que considera fundamental, de se saber até que ponto deve existir uma medida comum. Relembrou que a utilização de um indicador harmonizado tem vantagens, mas que existem políticas diferentes onde deverão ser usados instrumentos de medida distintos. O Dr. Paulo Pedroso pronunciou-se igualmente sobre a necessidade de se adoptar o novo modelo biopsicossocial que se materializa no CIF. No entanto, realçou o facto do CIF ter um elevado grau de subjectividade, tendo a sua implementação, a nível das Nações Unidas, sido alvo de algumas críticas; nomeadamente quando se comparam alguns indicadores em número, sem se analisar a sua intensidade. Finalizou a sua intervenção fazendo uma breve apresentação do estudo elaborado pelo ISCTE, sob sua orientação; realçou nomeadamente o facto de existirem determinados domínios, como a activação dos direitos, onde existe ainda pouca informação. Concluiu a sua intervenção salientando a importância de se realizarem periodicamente Inquéritos sobre a situação social das pessoas com deficiência.

O Dr. Fernando Casimiro (INE) na sua apresentação denominada “A integração das questões da deficiência nos instrumentos estatísticos (nacionais e internacionais) / Censos 2001, proposta para 2011 e inquéritos intra-censitários”, expôs a forma como a questão da deficiência / incapacidade tem vindo a ser introduzida nos Censos, nomeadamente a forma como esta questão vai ser abordada no Censo 2011. O Dr. Fernando Casimiro referiu que a deficiência é uma área muito complexa, salientando o problema da auto-avaliação pessoal; neste contexto, evidenciou os resultados do último Censo que subavaliaram a prevalência da deficiência em cerca de 3%, devido a esta dificuldade. De seguida apresentou um quadro com a forma como os conceitos de deficiência/incapacidade vão ser introduzidos no Censo 2011, já tendo em consideração as recomendações da Organização Mundial de Saúde. Finalmente, acentuou o facto de a maior parte dos países europeus recolher informação sobre deficiência / incapacidade com base em dados administrativos e inquéritos específicos, e não com base nos Censos. Concluiu a sua intervenção dizendo que é necessário ter algum cuidado devido ao facto das condições de recolha dos dados serem muito dependentes da autoavaliação de cada respondente.

O Dr. Carlos Pereira (Coordenador do GTEDR) na sua exposição sobre “ Experiência colhida e perspectivas do Grupo de Trabalho sobre Estatísticas da Deficiência e Reabilitação”, apresentou a origem deste grupo de trabalho, criado no âmbito do Conselho Superior de Estatística (CSE) e a forma como o GTEDR, já em 2000, começou a trabalhar e a analisar os conceitos subjacentes ao CIF. Salientou as dificuldades que surgiram aquando da interpretação de um instrumento tão complexo quanto é o CIF. Realçou que em 2008 o grupo definiu um conjunto de conceitos ligados ao CIF que foram aprovados pelo CSE; mostrou a disponibilidade deste grupo de trabalho actuar em conjunto com o INE e com o INR na implementação de Inquéritos específicos nesta área.

A Dra Clara Guerra (CNPD), a última interveniente deste painel, apresentou uma comunicação intitulada “Limites e potencialidades do cruzamento da informação estatística”, na qual definiu alguns conceitos que têm significados diferentes na estatística e no regime de protecção de dados, como dados anónimos e anonimizados. Apresentou o Princípio da Finalidade, que é basilar no âmbito da protecção dos dados e salientou que a informação sobre deficiência / incapacidade é considerada informação sensível, isto é são dados de devem ser tratados em condições muito especiais com garantias de não discriminação. Alertou para o problema do *profiling* e falou da importância da transparência no processo de recolha dos dados; concluiu relembrando que se deve sempre privilegiar a anonimização dos dados e avaliar a pertinência da sua recolha.